

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 3 - A CONSTRUÇÃO DE INTERLOCUÇÕES: CAMPOS DISCIPLINARES E SOCIEDADE

ARTIGO

SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Carla Gilbertoni Carneiro*

RESUMO

O artigo objetiva levantar discussão acerca da importância de uma perspectiva interdisciplinar na realização e análise dos processos que envolvem a socialização do conhecimento arqueológico. Tal proposição fundamenta-se a partir do desenvolvimento da tese de doutorado *Ações Educacionais no contexto da Arqueologia Preventiva – uma proposta para Amazônia* estudo que procurou discutir a partir das áreas da Educação Patrimonial, Arqueologia Pública e Musealização da Arqueologia um modelo de desenvolvimento de ações educacionais no contexto amazônico.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Educação Patrimonial; Musealização da Arqueologia

ABSTRACT

The purpose of this paper is to raise discussion about the importance of an interdisciplinary approach to the development and analysis of processes involving socialization of archaeological knowledge. This proposition is based upon the doctoral thesis *Educational Actions in the context of preventive archaeology – a proposal for the Amazon*, study that sought to build, from the fields of Heritage Education, Public Archaeology and the Musealization of Archaeology, a model for the development of educational activities in the Amazon region.

Key words: Public Archaeology; Heritage Education; Archaeological Museum Studies

* Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O cenário de discussões em torno da ideia de socialização no âmbito da arqueologia vem transformando-se ao longo dos últimos anos. Quando iniciei meus estudos da pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, em 2004, tinha como desafio desenvolver uma reflexão em torno de uma esfera recente que vinha adentrando o universo da Arqueologia: o desenvolvimento dos programas de educação patrimonial, especialmente os vinculados à arqueologia preventiva. Estas ações já vinham em um crescente, mais eram consideradas por muitos arqueólogos como algo exógeno à disciplina. O primeiro desafio, nesse sentido, foi argumentar sobre a pertinência da pesquisa ser realizada no âmbito de um programa de pós-graduação dessa natureza. Meu principal argumento era o de que o cerne da questão envolvia essencialmente o patrimônio arqueológico e que tal análise demandaria um olhar interdisciplinar.

Outra questão estava no fato de profissionais da arqueologia considerar um desafio novo o desenvolvimento dessas ações de socialização, sendo que muitos não possuíam experiências para a sua realização. Ao longo desse estudo o cenário foi se transformando; ora porque a demanda de ações intensificou-se, ora porque os profissionais foram assumindo esses desafios e incorporando-os no rol do universo específico da Arqueologia. Atualmente esse debate está totalmente incorporado pela disciplina e ocupa lugar de destaque no âmbito de suas reflexões críticas.

Nesse sentido, as ideias aqui propostas estão pautadas em uma perspectiva histórica e principalmente a partir da minha trajetória profissional. Assim, justifica-se, dentre outros aspectos, a escolha em discutir as questões que tangenciam o patrimônio arqueológico brasileiro sob a ótica da musealização da arqueologia.

A partir do histórico de como essas relações foram se constituindo no contexto brasileiro, torna-se possível compreender os caminhos propostos e trilhados por importantes pesquisadores e intelectuais de nosso país, nas suas lutas individuais, ou em seus fortes vínculos institucionais, e como se desenvolveu o interesse público pela arqueologia. As áreas da arqueologia e museologia viveram momentos de aproximação, distanciamento e reaproximação que influenciaram e continuam interferindo nas discussões e realizações de ações pertinentes a essa parcela da nossa herança patrimonial.

ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE: APROXIMAÇÃO VIA MUSEUS E LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio arqueológico, em grande medida, tem sido constituído há séculos a partir da lógica institucional dos museus. A trajetória da criação, instalação e desenvolvimento dos museus de ciências naturais no Brasil (local de início das pesquisas arqueológicas) vem sendo estudada por vários profissionais e partir de diferentes pontos de vista; não cabe aqui desenvolvermos esse panorama, de toda forma vale sublinhar que esse percurso está na base para o campo da musealização da arqueologia. Assim, o objetivo aqui é apresentar algumas discussões em relação ao papel da musealização do patrimônio arqueológico que atualmente vem assumindo contorno mais definido, refletindo o compromisso social da arqueologia no

que tange à sua preservação e aspectos relacionados ao desenvolvimento local dos grupos que convivem com essas referências patrimoniais.

Essa relação acontece tanto associada aos modelos museológicos tradicionais, onde o acervo arqueológico estabelece parâmetros para o avanço das pesquisas, para o desenvolvimento dos discursos expográficos e para o planejamento das ações educativas; quanto aos modelos inspirados na sociomuseologia (ecomuseus, museus de território, museus comunitários). Atualmente, o ritmo acelerado como as pesquisas arqueológicas vêm ocorrendo influencia sobre maneira a organização das instituições museológicas, apresentando grandes desafios. Estes se configuram no âmbito das formas adequadas de armazenamento em suas reservas técnicas, na produção de conhecimento a partir das coleções constituídas no contexto destas pesquisas, e nas formas variadas de comunicação que façam sentido para os vários atores sociais envolvidos no processo. Os desafios extrapolam os muros institucionais com a colaboração junto aos processos de repatriamento ou transferências de acervos, com a organização de coleções locais, e nas discussões que tangenciam questões relacionadas a pertencimento e identidade. Ou seja, apresenta-se um panorama que, para ser bem equacionado, demanda esforços de ambas as disciplinas.

Embora, no entanto, a relação entre os estudos arqueológicos e os museus tem uma antiga e longa trajetória, esta não foi assumida durante um bom percurso de forma prioritária por nenhuma das áreas em questão. No contexto brasileiro, os estudos arqueológicos tiveram papel pouco relevante no que tange à construção da história do país, principalmente ao que se refere aos aspectos relacionados à formação de uma cultura brasileira e constituição de uma identidade nacional. Foi realizada uma exaustiva pesquisa por Cristina Bruno (1995) para compreender os motivos que levaram a não promoção dos estudos arqueológicos com esta finalidade e a não incorporação, neste cenário, dos dados obtidos pelas pesquisas arqueológicas realizadas. Segundo a autora, a sociedade brasileira foi interpretada a partir de diferentes vertentes acadêmicas - como análises históricas, antropológicas, sociológicas, entre outras - que produziram um *corpus* explicativo sobre as bases constitutivas da nossa nação, principalmente em relação à sua história cultural. (1995: 04; 2005: 236) Uma das possibilidades sobre a não utilização dos dados produzidos pela ciência arqueológica é a falta de um elo aparente que conectasse o nosso passado pré-colonial ao modelo vislumbrado de identidade nacional proposto por vários intelectuais.¹

Outra justificativa relacionada ao abandono do nosso passado pré-colonial alia-se ao projeto expansionista empregado pelos colonizadores europeus já no início da conquista. Segundo Bruno, neste estudo, o modelo de dominação que procurou transplantar a lógica europeia para este território vigorou ao longo de séculos; no entanto a artificialidade que o caracterizou explica a inadaptabilidade de vários aspectos desse projeto, e as resistências de

1 A autora realizou sua pesquisa com base na produção intelectual de vários autores brasileiros que realizaram seus estudos sobre a história cultural do país a partir de distintas vertentes teórico-metodológicas. São eles: Sílvio Romero, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Motta, Renato Ortiz, Sérgio Micelli, Gabriel Cohn, Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Marilena Chauí, entre outros.

grupos culturais que constituem o mosaico cultural que caracteriza nosso país também evidenciam que este cenário não é e nunca foi tão monótono.

Embora, então, os estudos relativos ao nosso passado pré-colonial tenham ficado relegados ao abandono, como defende Bruno, reconhecidamente ele torna-se essencial para a compreensão da complexidade cultural que caracteriza nosso país desde os primórdios de sua existência e que não pode ser explicada somente com o processo da colonização européia. Essa pesquisa pode ser considerada pioneira, principalmente no âmbito da arqueologia, onde as preocupações colocadas pela autora demoraram a ser relevantes. No entanto, com o aumento da realização de pesquisas arqueológicas atualmente no Brasil com outras orientações teórico-metodológicas no desenvolvimento dos estudos, o avanço da legislação relacionada ao patrimônio arqueológico e uma maior divulgação dos resultados destas pesquisas, um novo caminho vem se abrindo para as interpretações sobre o passado pré-colonial; tendo este um papel de maior relevância na constituição do complexo mosaico que caracteriza nossa história.

Um dos canais aliados para comunicação destas questões/reflexões provocadas pelos estudos arqueológicos foram e são os museus; estas instituições estiveram sempre muito próximas do desenvolvimento da arqueologia. No entanto, gostaria de sublinhar que não considero os museus a única forma de aproximação do conhecimento produzido pela arqueologia da sociedade, porém é um viés essencial de ser analisado em razão do vínculo histórico estabelecido; pela gama variada de experiências que se apresentam em um espaço temporal relativamente longo; e também em relação à legislação atual que indica os elementos estruturadores da cadeia operatória museológica como base/parâmetro para a gestão do patrimônio arqueológico.

A trajetória desta relação, no entanto, apresenta mudanças significativas no seu percurso e busca a aproximação aqui defendida arqueologia – sociedade. Essas mudanças podem ser compreendidas e apoiadas nas transformações das mentalidades no desenvolvimento tanto da arqueologia quanto da museologia. Segundo Bruno, (...) *é possível afirmar que a arqueologia chegou a este final de século fortalecida nos museus e pelos museus*². E os museus de arqueologia são também identificados como museus de identidades, museus de sociedades e museus de civilizações (1995: 91).

As coleções arqueológicas fizeram parte dos gabinetes de curiosidade, foram alvo de busca dos antiquários e significativamente incrementadas com o contato com os povos nativos americanos e africanos no longo processo de colonização. As conquistas napoleônicas também contribuíram sobremaneira com esse processo espoliatório que caracterizou a constituições desse segmento patrimonial em várias instituições museológicas. Os objetivos relativos a esse acúmulo também podem ser compreendidos a partir de dois aspectos: o patrimônio cultural como representativo da história humana ao longo de sua existência, preservá-lo significa poder conhecer aspectos da humanidade desde suas origens e de certa maneira controlar a transitoriedade dos feitos humanos, ao mesmo tempo preservar e apresentar esse patrimônio como um sinal de poder principalmente quando conquista / dominação fazem parte do processo. Dessa forma, as instituições museológicas que surgiram

2 Destaque da autora.

nos séculos XVII – XVIII, fundamentadas pelo colecionismo, ao mesmo tempo em que herdaram a ideia de posse de patrimônios relativos à história da humanidade e como testemunhos de um modelo civilizatório e expansionista que caracterizou o mundo ocidental, a partir do século XVI, ao mesmo tempo foram incumbidas, séculos depois, de guardar, estudar e divulgar este patrimônio a partir de diferentes enfoques e interesses diversos.

Bruno, apoiada em Pomian, propõe que os museus de arqueologia podem ser classificados partir de dois processos diferentes de constituição de suas coleções: os museus arqueológicos-artísticos que se referem aos que possuem as coleções de obras de arte e objetos “preciosos”, onde o aspecto prioritário é o apelo estético e a grandiosidade a que se remetem; e o arqueológicos-tecnológicos que apresentam coleções relativas aos artefatos produzidos pela humanidade desde sua origem, vinculados ao universo de subsistência dos povos pré-históricos. Estes modelos impressos nas instituições museológicas com o passar do tempo tornaram-se obsoletos com uma mudança das mentalidades no mundo dos museus. (1995: 61-63, 2005: 241)

Os novos direcionamentos impostos por demandas tanto relacionadas às discussões no universo museológico no viés do seu papel social, quanto aos recentes direcionamentos teórico-metodológicos específicos da arqueologia indicam mudanças a serem perseguidas pelos atuais museus de arqueologia. Neste aspecto, cito novamente Bruno (2005: 242), que aponta as características que consolidam a musealização da arqueologia no cenário internacional:

1. Inserção patrimonial em museus de distintas tipologias;
2. Musealização das áreas de pesquisa in locu, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processos de desenvolvimento ;
3. Implantação de depósitos de pesquisa, como estruturas de apoio tanto das pesquisas quanto dos museus;
4. Gerenciamento informatizado dos acervos e da documentação primária dos trabalhos de campo e laboratório;
5. Apresentação de discursos expositivos embasados na contextualização dos objetos arqueológicos no tempo e no espaço, como também a divulgação simultânea dos processos de trabalho e da análise dos resultados e
6. Vinculação entre os princípios da educação patrimonial e da arqueologia experimental, para a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos em relação ao grande público, a partir de museus e monumentos.

Esses novos parâmetros de preocupações/interesses/necessidades fizeram os museus repensarem suas estratégias de atuação. Nesse contexto, ganha força as ações extramuros e o desenvolvimento de ações educacionais voltadas a diversos contextos sociais; ressalta-se a discussão sobre o papel político das instituições museológicas; alia-se a perspectiva da arqueologia em suscitar, por meio do conhecimento que constrói e do patrimônio que torna “visível”, o interesse por vetores representativos da herança patrimonial e como consequência da identidade de diversos segmentos culturais. Assim, O objetivo a seguir é

discutir modelos de musealização apontando para a preservação e comunicação do patrimônio arqueológico em diferentes cenários.

Embora as duas áreas arqueologia – museologia tenham caminhado em paralelo desde a gênese, no percurso de seus desenvolvimentos é possível perceber momentos de ruptura. Com o estabelecimento das universidades e a busca por um status científico cada vez mais sólido da arqueologia (principalmente no contexto do processualismo) o investimento foi no sentido de produzir um conhecimento que dialogasse com o circuito fechado da produção científica. Ao mesmo tempo em que no universo da museologia, neste período, o movimento foi justamente no sentido oposto, ou seja, propondo um questionamento sobre a função social das instituições museológicas e incentivando e experimentando ações extramuros, ações educacionais e fomentando a criação de museus comunitários.

Da mesma forma que mudanças de mentalidades aconteceram na construção da arqueologia enquanto ciência em um aspecto geral e nas relações desta ciência com a sociedade, em um viés específico, especialmente no âmbito da arqueologia pública, o mesmo processo pode ser acompanhado na museologia, que como os demais campos de conhecimento está em processo permanente de construção e vive à mercê dos interesses de seu tempo. A visão obsoleta, presa no modelo dos museus enciclopédicos, constituídos com a base do colecionismo e uma visão evolucionista e colonizadora, passou não mais a atender às demandas sociais. Outros interesses passaram a ser vislumbrados, interesses mais democráticos, representativos de visões diversas que caracterizam a humanidade, novos interesses políticos; certamente os próprios profissionais de museus e pesquisadores pertencentes há outros tempos e impulsionados por outras demandas não mais se contentavam em reproduzir um modelo correspondente a séculos anteriores. Este, então, novo cenário passou a ser consolidado no final dos anos 1960 como uma renovação no universo dos museus, a partir do movimento da Nova Museologia.

Na mesma esteira das discussões sobre uma renovação na museologia, o Conselho Internacional de Museus –ICOM promoveu encontros que geraram documentos fundamentais: A Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984), que indicou o surgimento do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) e a Declaração de Caracas (1992), onde se reafirma à primazia da função sócio-educativa dos museus e o museu como canal de comunicação. Cândido (2000:19-29) faz um apanhado das principais contribuições expressas nestes documentos, porém eu apenas sinalizarei as principais idéias presentes nestas recomendações.

A discussão sobre a função social no âmbito nacional não pode ser tratada sem considerar o panorama da museologia internacional. Neste cenário, um momento tem repercussão fundamental: a realização do Seminário de Santiago do Chile, patrocinado pelo ICOM / UNESCO, em 1972 (BRUNO,1995:131; SANTOS,1995:70). Esta mesa-redonda, que teve como eixo central o debate o *Papel do museu na América Latina*, juntamente com o colóquio *Museu e Meio Ambiente* realizado na França no mesmo ano, pode ser considerada, no entender de André Desvallées, como os momentos fundadores da *nova museologia*, também denominada *sociomuseologia*. O foco principal da discussão centrou-se sobre o papel social dos museus e trouxe como orientações gerais: a opção pela interdisciplinaridade; os esforços para

a recuperação e uso social do patrimônio; a acessibilidade às coleções; a modernização da museografia; a implantação de avaliações institucionais; o aperfeiçoamento da formação profissional na América Latina; o destaque, em todos os aspectos da ação museológica, para a responsabilidade com a conscientização da sociedade sobre suas problemáticas. Neste momento surgiu o conceito de museu integral, remetendo à idéia que tudo é musealizável.³

A declaração de Quebec – Canadá, em 1984, instituiu o Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM. Foram resoluções desta declaração: o convite ao reconhecimento desse movimento e das novas tipologias de museus; a ação junto aos poderes públicos pela valorização de iniciativas locais baseadas nesses princípios; a criação de estruturas internacionais do movimento – que pretendiam que fosse um comitê “Ecomuseus / museus comunitários” no âmbito do ICOM e uma federação internacional da nova museologia a ele associada; e a formação de um Grupo de Trabalho para formulação dessas estruturas. Seguindo os aspectos desta nova museologia: testemunhos materiais e imateriais serviriam a explicações e experimentações, mais que à formação de coleções; destaque para a investigação social enquanto identificação de problemas e de soluções possíveis; objetivo de desenvolvimento comunitário; o museu para além dos edifícios – inserção na sociedade; interdisciplinaridade; a noção de público dando lugar à de colaborador; a exposição como espaço de formação permanente ao invés de contemplação.

Por fim a Declaração de Caracas, em 1992, a partir do seminário com o tema “A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios”, ratificou as prioridades dos museus quanto à sua função sócio-educativa, à afirmação enquanto canal de comunicação e o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. Os aspectos discutidos foram: a inserção de políticas museológicas nos setores de cultura; a consciência sobre o poder da museologia no desenvolvimento dos povos; a reflexão sobre a ação social dos museus e museus do futuro; as estratégias para captação e gestão financeira; as questões legais e organizacionais dos museus; os perfis profissionais e o museu como canal de comunicação. O encontro em Caracas pode ser considerado uma reafirmação das discussões realizadas em Santiago e uma atualização dos conceitos e estratégias após vinte anos de experimentações e reflexões sobre os novos caminhos adotados pelos museus. Como desafios prioritários para os museus foram estabelecidos os seguintes aspectos: museu e comunicação; museu e patrimônio; museu e liderança; museu e gestão; museu e recursos humanos.

No contexto desses encontros e de seus resultados, pode-se considerar que as décadas de 1980 e 1990 foram importantes para uma mudança significativa nos rumos da museologia. O foco dos estudos e das preocupações foi deslocado das coleções e do papel passivo dos museus para um processo integrado, sendo, neste aspecto, a museologia um meio para que as populações se auto-organizem na gestão de seu patrimônio. O público passou a ser preocupação central, não em termos quantitativos, mas relação à qualidade de interação com o patrimônio. Segundo Santos,

³ Em relação ao conceito de museu integral (Santiago), vários museólogos vêm questionando sua utilização, e preferindo a idéia de museu integrado (Caracas), ou seja, devido à impossibilidade de musealizar tudo, uma vez que a seleção faz parte desse processo, esta decisão deve ser compartilhada junto aos grupos culturais interessados em ter seu patrimônio musealizado.

A proposta básica da “Nova Museologia” está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. (1995: 88)

Na obra *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, André Desvallés, seu organizador, sugere a “nova museologia” não como um movimento revolucionário e inovador, mas como um retorno aos princípios democráticos dos museus que foram desviados na Revolução Francesa. (CÂNDIDO, 2000:33). Muitos autores, por compartilhar desta idéia de não inovação, preferem denominar este movimento de sociomuseologia, ou seja, o desvio das discussões focadas nas coleções para a dimensão social e política das instituições museológicas. Nesse contexto de reavaliação do papel social dos museus proliferam as experiências dos museus integrados, dos museus comunitários, dos museus de vizinhança e dos ecomuseus. Cabe salientar que essas discussões no contexto da sociomuseologia não pregaram o desaparecimento dos “grandes museus”, mas provocaram nos profissionais destas instituições novas formas de lidar com estas coleções junto aos mais diversos públicos.

Hugues de Varine-Bohan, importante teórico da museologia contemporânea, discute que essas transformações foram fundamentais para o não desaparecimento das instituições museológicas; para ele somente os recursos tecnológicos ou reformas institucionais não dariam conta de manter os museus. Para este pensador, no século XXI, a nova museologia pode ser considerada como um movimento de profissionais que buscam avaliar o papel dos museus nos seus contextos específicos de existência, ou seja, estas instituições devem atender à sociedade na contemporaneidade (2012: 181).

Neste cenário de mudanças vale destacar dois pensadores que foram fundamentais para esta mudança de viés na museologia, Hugues de Vahire, no contexto internacional e Waldisa Rússio, expoente da museologia brasileira. Estes profissionais influenciaram uma geração de museólogos e outros profissionais que interagem e interagem com o meio museológico. Talvez a maior contribuição de Rússio à teoria museológica tenha sido à sua conceituação de fato museal definido por ela como: “*a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação está que se processa num cenário institucionalizado, o museu*”. Este conceito foi ampliado para caracterizar os ecomuseus, já no âmbito da nova museologia; segundo este autor, a tríade se amplia indicando que a relação acontece entre sociedade, patrimônio e território.

Como uma síntese da discussão sobre os aspectos relacionados à função social dos museus e a contribuição que acredito que as instituições museológicas⁴ tenham nessa perspectiva de aproximação arqueologia-sociedade, gostaria de transcrever uma citação de Mario Chagas, que embora longa, traz uma síntese sobre vários aspectos que considero pertinentes do âmbito das reflexões deste artigo. Segundo ele,

(...) Eis o poder devorador do museu. Não há monumento, não há documento, não há patrimônio natural ou cultural, não há cotidiano ou festa que resista a seu encanto e a sua capacidade de produção simbólica e de transformação de sentidos (...). Neste mundo de meu

4 A trazer para discussão a museologia não estou restringindo ao espaço físico dos museus, penso nas ações extramuros que seguem a mesma lógica deste modelo institucional enquanto conceito.

deus tudo é museável, tudo pode, pelo menos em tese, ser incluído no campo de possibilidades do museu. Essa capacidade inclusiva direta com o seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, com as sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e a sua vocação para a mediação cultural. Por essa vereda, pode-se considerar o museu como ponte entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque. (...) No entanto, diante de um ente devorador como o museu, tantas vezes chamado dinossauro ou esfinge, não pode se ter ingenuidade. É prudente manter por perto a lâmina da crítica e da desconfiança. Ele é ferramenta e artefato, pode servir para a generosidade e para a liberdade, mas também pode servir para tyrannizar a vida, a história, a cultura. Para entrar no reino narrativo dos museus é preciso confiar desconfiado. (2005:18)

Conforme alerta Chagas, no campo da musealização, cheio de meandros e poderes, quanto mais crítica for a compreensão em relação ao processo que conduz a este caminho, menores serão os perigos de engendramento na teia de significados enganosos. Nesse sentido, a partir de definições propostas por diferentes autores sobre o conceito musealização, pode-se pensá-lo a partir das seguintes dimensões: definido como um sistema estético para criar significados (SHANKS E TILLEY, 1992), tem no objeto o testemunho / documento fidedigno (GUARNIERI, 1990: 08), o ponto de partida, de onde podem estabelecer-se diferentes interpretações, relações, apropriações, em outras palavras, os processos de musealização, por meio dos procedimentos inerentes à salvaguarda e comunicação, vislumbram a transformação do patrimônio cultural em herança numa perspectiva de desenvolvimento social (BRUNO, 1996: 67-68).

O segundo aspecto central para discutir a abertura da arqueologia para a sociedade está relacionado à legislação de proteção ao patrimônio arqueológico; especialmente a crescente demanda de ações educacionais no âmbito da arqueologia preventiva, tanto as que se desenvolvem a partir de um contexto institucional, quanto empresarial. Pode-se pensar o desencadear destas ações a partir de três premissas: o histórico de ações desta natureza desenvolvidas no contexto museológico; a legislação relativa à proteção do patrimônio arqueológico brasileiro e uma sistematização teórica do viés social e político no âmbito da disciplina arqueológica.

Certamente essas orientações não se desenvolvem, de forma isolada; após amplo levantamento sobre o histórico de realizações das ações educacionais em instituições museológicas brasileiras fica evidente a conexão clara e fortalecimento entre processos de socialização do conhecimento arqueológico e os museus (CARNEIRO, 2009:48-63; 2010:1077-1083). Outro aspecto essencial, que tangencia essas reflexões, está relacionado à arqueologia pública, evidenciando à plena incorporação pela disciplina arqueológica do seu compromisso social e político (FERNANDES, 2008); no entanto, essa vertente não será aprofundada no presente artigo.

Atualmente é crescente o desenvolvimento de ações comumente denominadas de educação patrimonial, que são desencadeadas a partir de projetos no âmbito da arqueologia preventiva. A ampliação de ações desta natureza está profundamente ligada à imposição colocada pela legislação nacional referente ao patrimônio arqueológico.

A preservação do patrimônio arqueológico brasileiro está profundamente relacionada à luta de um importante intelectual, Paulo Duarte, que conseguiu na década de 1960 a aprovação junto ao Governo Federal da lei de proteção dos sítios arqueológicos – Lei nº 3924/1961 - Lei de Proteção dos Bens Pré-Históricos⁵. Porém, a luta contra a destruição do patrimônio arqueológico antecede a este período e está relacionada ao projeto político que procurou sistematizar e implantar um programa de cultura para o nosso país. Nessa direção, foi elaborado, por Aureli Alves de Alcântara, um primoroso trabalho biográfico sobre o humanista Paulo Duarte. Segundo a autora,

Este trabalho propôs questões e análises concernentes ao desenvolvimento da arqueologia em São Paulo, nos anos 50 e 60 do século passado, identificando a missão sócio-científica vinculada aos procedimentos museológicos com vistas à transformação da realidade do período estudado. Este foco de estudo, cujas barreiras cronológicas retrocederam aos anos 30, permitiu compreender o legado histórico que a ciência arqueológica recebeu deste período, bem como as implicações científicas para as questões atuais da arqueologia pública e da musealização da arqueologia. (2007:16)

Por esse estudo fica evidenciado que a atuação de Paulo Duarte, sempre lembrado e reverenciado em relação a sua contribuição à arqueologia pela aprovação da legislação de 1961, foi mais ampla, principalmente no que tange às questões de divulgação e popularização do conhecimento científico, aspecto que muito interessa ao escopo deste artigo.

Na linha da história das mentalidades, a autora buscou nos arquivos documentais do intelectual uma face da história pouco conhecida e divulgada tanto no âmbito da história da arqueologia brasileira, quanto nos mais recentes trabalhos relacionados à arqueologia pública, gestão do patrimônio arqueológico e educação patrimonial. Dentre cartas, ofícios, atas, diários científicos de campo, memoriais foi possível delinear:

as ações em prol da arqueologia, os contatos intelectuais que interferiram no desenvolvimento da ciência, a luta e a persistência tenaz na defesa do patrimônio arqueológico, o estabelecimento de condições de pesquisa, a formação profissional, as mentalidades do período, a importância dos museus para a musealização da arqueologia entre outros. (ALCÂNTARA, 2007:23)

5 Paulo Duarte, aqui destacado quanto sua importância no cenário de proteção ao patrimônio arqueológico, não teve, também neste contexto, uma atuação isolada. José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná e Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional (RJ) também atuaram ativamente na preservação dos sítios arqueológicos, bem como no desenvolvimento da pesquisa científica e divulgação de seus resultados junto aos mais diversos públicos.

Loureiro Fernandes contribuiu para a criação da Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ligado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná e por meio de sua articulação provocou a promulgação do Decreto Estadual nº 1.346 que indicava a importância científica dos sítios conchíferos do litoral paranaense. Além de sua contribuição quanto à legislação atuou na formação de novos profissionais, na estruturação acadêmica da arqueologia e na divulgação do conhecimento arqueológico produzido junto à sociedade. (Fernandes, 2007: 36-37)

Castro Faria fundou em 1935 o Centro de Estudos Arqueológicos no Museu Nacional e também foi um defensor do patrimônio arqueológico e do desenvolvimento da arqueologia como disciplina científica no contexto brasileiro. (Fernandes, 2007: 35)

Embora os esforços de Paulo Duarte remontem aos anos de 1950 e 1960, sabe-se que a incorporação dos estudos arqueológicos, principalmente os relacionados ao nosso passado pré-colonial, na constituição do mosaico dos acontecimentos que formam a história de longa duração da nação brasileira é mais recente. Seu interesse especificamente pelo patrimônio arqueológico, uma vez que inicialmente estava inserido em discussões mais amplas relacionadas ao patrimônio cultural, deu-se principalmente durante seu segundo exílio na França quando estabeleceu intenso contato com Paul Rivet que neste período dirigia o Museu do Homem.

Devido a sua trajetória que envolveu descrença política, participação na revolução, exílios, o acontecimento de duas guerras mundiais que acarretaram o reforço de nacionalismos, tendo o preconceito crescente como conseqüência marcante, fez com Duarte mudasse seus esforços para ações com um viés mais universalista (Alcântara, 2007: 179), ao contrário do projeto político sócio-cultural que defendia, juntamente com Mario de Andrade, a organização do Estado em uma nação civilizada por meio da cultura. No decorrer de sua intensa luta contra a destruição dos sambaquis é possível identificar a preocupação com o caráter universalista destas pesquisas arqueológicas, uma vez que estes sítios sempre foram de grande importância para a compreensão da origem e antiguidade do homem americano, aspecto que transcende um interesse regional. A partir, também, dessa forma inovadora de concepção sobre os estudos arqueológicos, é possível ver ressonância atualmente em aspectos da chamada arqueologia pública, principalmente em relação à importância desta ciência em engajamentos políticos e sociais.

Esses intelectuais afinados à tendência do pós-guerra, incluindo a criação da UNESCO em 1945, e toda conseqüente discussão em torno do conceito de cultura sob um ponto de vista antropológico, e reconhecimento da diversidade cultural existente entre os diversos grupos sociais, tinham suas propostas relativas aos estudos arqueológicos e preservação do patrimônio em consonância com os ideais de transformação social, principalmente com vistas à diminuição dos conflitos gerados entre as nações e os preconceitos criados a partir destes. Segundo Alcântara, esses intelectuais

(...) viram na pesquisa e na difusão do conhecimento arqueológico uma plataforma de atendimento das resoluções da UNESCO à medida que o estudo das populações autóctones tinha como fito demonstrar as miscigenações e a contribuição de todos os povos para a humanidade, desta forma, exterminando preconceitos. (2007:195)

O desenvolvimento da legislação nacional relacionada à proteção do patrimônio arqueológico está em plena consonância com esse contexto político brevemente aqui traçado. Interessante destacar que em âmbito nacional, com a criação do Decreto-Lei estadual de criação da Comissão de Pré-História⁶, em 1952, muitas discussões antecederam as orientações internacionais com a implementação da Carta de Nova Delhi, em 1956. Não por coincidência vários itens recomendados neste documento refletiam as idéias de Duarte e Rivet, muito pela

6 O Decreto-Lei nº 21.935, responsável pela criação desta Comissão, foi instituído em 19/12/1952, pelo então governador de São Paulo Lucas Nogueira Garcez; teve Paulo Duarte como redator, que no artigo 1º estabeleceu duas funções da Comissão: proteção e interesse científico, ou seja, pesquisa dos sambaquis. (Alcântara, 2007: 183)

atuação de ambos no contexto da preservação, pesquisa e valorização dos bens arqueológicos.⁷ Foram inúmeras as ações de Duarte relacionadas a envolver um público amplo e diversificado, num primeiro momento na luta contra a destruição dos sambaquis. Em 1955 foi realizado na cidade de São Paulo o XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, após longo período de tratativas que teve Paul Rivet⁸ como um dos protagonistas, uma vez que negociou com o governo francês verba para que este evento fosse realizado; além de Duarte, responsável por sua organização no Brasil. A concretização da realização deste evento atraiu as discussões em torno da importância da temática da pré-história, além de, ao seu final, aprovar direcionamentos importantes para a continuidade das pesquisas e preservação dos sítios arqueológicos, especialmente quanto à aprovação, em caráter de urgência, de uma legislação de âmbito nacional.

Durante a atuação de Paulo Duarte a frente da Comissão de Pré-História os impasses foram inúmeros. O intelectual buscou, fazendo valer a legislação estadual, junto aos concessionários responsáveis pela exploração dos sambaquis, o tombamento dos mesmos; este processo muitas vezes acabou em desavenças entre os envolvidos. A esse obstáculo soma-se, entre outros aspectos, a dificuldade financeira para o desenvolvimento das ações de pesquisa, preservação e divulgação dos trabalhos realizados nesses sítios arqueológicos, que em várias ocasiões contava com o apoio financeiro de particulares, muitos deles seus amigos.

Em 1961, foi encaminhado pelo Senado ao então Presidente da República Jânio Quadros para aprovação o projeto de lei referente à proteção das jazidas arqueológicas. Mesmo em um momento político conturbado, marcado pela renúncia presidencial de Jânio, a posse e rápida deposição de João Goulart, a Lei Federal nº 3.924/61 foi implantada. Esta Lei dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; em seu Art. 1º diz: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.”

Após os esforços concentrados para a efetivação da legislação nacional, Paulo Duarte passou a direcionar suas iniciativas para a criação do Instituto de Pré-História, vontade que muito antecede a este período, mas que devido a conjunturas políticas foi sendo protelado. Sua intenção com a criação de um instituto era fortalecer o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, bem como investir na formação de estudantes universitários que pudessem capacitar-se para a execução de tais pesquisas. Não posso deixar de destacar a preocupação sempre presente deste intelectual em divulgar e popularizar o conhecimento científico produzido, também objetivo deste instituto, pois para ele esse seria o caminho para garantir, e também justificar, a preservação dos sítios arqueológicos. Em 21 de março de 1959, foi fundado o Instituto de Pré-História e Etnologia, tornando-se posteriormente o Instituto de Pré-História, da Universidade de São Paulo. Esta instituição correspondeu, ao longo de sua

7 A Comissão de Pré-História acatou os dispositivos recomendados pela Carta. Porém a Comissão criada partir da legislação estadual em alguns casos entrava em confronto com a normatização federal tanto em relação ao Decreto-Lei 25 quanto ao Código de Minas.

8 Paul Rivet, além da verba destinada ao Congresso, conseguiu apoio financeiro do governo francês para a realização de pesquisas arqueológicas no Brasil. Foi nesta ocasião que o arqueólogo francês Joseph Empereire iniciou suas pesquisas no Sambaqui de Maratúá (São Paulo), em 1954.

existência, aos objetivos propostos por Duarte: fomentou o desenvolvimento sistemático das pesquisas arqueológicas em São Paulo; colaborou com a formação técnico-científica de estudantes universitários e desenvolveu um programa de comunicação museológica – que envolveu elaboração de exposições e desenvolvimento de ações educacionais – pioneiro no contexto da musealização da arqueologia no Brasil (CARNEIRO, 2010: 1080)

A partir de outros movimentos de luta, dentre muitos aspectos, a legislação foi sendo ampliada e permitindo com maior eficácia a proteção dos sítios arqueológicos. Em meados dos anos de 1980, a Política Nacional do Meio Ambiente passou a exigir o licenciamento ambiental para aprovação de empreendimentos que causam impactos ao meio ambiente, sejam eles públicos ou privados, no contexto urbano ou rural. O estudo exigido para a obtenção do licenciamento trata-se de uma ação administrativa complexa que se desdobra em três fases distintas e sucessivas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. (MORAIS, 2006:194)

Em 23 de janeiro de 1986, foi instituída a Resolução CONAMA 001, com vistas a estabelecer “as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.” A Constituição Federal incluiu, em 1988, a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98, “que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”; normativa que prevê as responsabilidades e punição dos infratores que não cumprem as prerrogativas da legislação vigente em relação à qualidade do meio ambiente.

Posteriormente, a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, passa a estabelecer que os estudos / resgates arqueológicos relacionados aos Estudos de Impacto Ambiental devem envolver vários tipos de análises e fases: trabalhos de laboratório e gabinete, ou seja, limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como, Programa de Educação Patrimonial. Segundo Moraes, esta Portaria:

surgiu mais que oportunamente, pois havia carência à normatização dos procedimentos da arqueologia preventiva no licenciamento ambiental. Ao estabelecer o compasso necessário entre as licenças ambientais e a salvaguarda do patrimônio arqueológico, o diploma uniformizou ações, tanto da parte do corpo técnico do IPHAN, como dos profissionais que lidam com o assunto. (2006:195)

Dessa forma, quando um estudo de impacto ambiental é realizado e não cumpre todas as exigências apontadas pela portaria acima citada, os órgãos de fiscalização aplicam Termos de Ajuste de Conduta (TAC), fazendo com que a empresa responsável pela obra cumpra todas as etapas exigidas; ou melhor, na medida do possível, uma vez que algumas etapas podem ter ficado prejudicadas – principalmente o resgate dos vestígios arqueológicos *in loco*, pois se a obra foi iniciada e até mesmo concluída antes da retirada do material não há mais como retroceder o dano causado.

Mesmo após a implantação da Portaria nº 230, que deve ter reconhecido sua importância uma vez que estabeleceu parâmetros com vistas a direcionar a natureza das ações relacionadas ao desenvolvimento dos estudos arqueológicos, esta não garantiu

efetivamente a qualidade dos trabalhos realizados. Nesse sentido, outras instruções normativas estão sendo propostas pelo IPHAN e discutidas em conjunto com a comunidade de arqueólogos brasileiros visando solucionar impasses relacionados à legislação.

Diante deste cenário aconteceu, e vem se ampliando, uma proliferação de projetos de levantamento arqueológico, especialmente no âmbito da arqueologia preventiva, e conseqüentemente de ações de socialização. Esse caminho delinea duas tendências: a primeira que esses trabalhos sejam realizados por profissionais vinculados a instituições museológicas onde prevalece um referencial teórico-metodológico constituído a partir das experiências desenvolvidas no cenário institucional, conforme aqui sinalizado e que são adaptadas a um novo contexto; a segunda tendência é de ações desenvolvidas por profissionais que não possuem esta experiência prévia e que buscam outros aportes. Aqui não cabe nenhum juízo de valor quanto ao melhor direcionamento; a reflexão proposta é a existência de um repertório de experiências e possibilidade de intersecção teórica entre arqueologia e museologia, constituindo o campo da musealização da arqueologia.

Uma questão que constantemente se apresenta neste contexto é que muitos profissionais que hoje elaboram projetos e desenvolvem ações educacionais vinculadas à chamada educação patrimonial desconhecem essas possibilidades de interlocução. O que freqüentemente é percebido em muitos projetos, ou que pelo menos eu aponto como um problema a ser identificado, são ações “simplistas” do ponto de vista educacional, uma vez que em muitos casos consistem em palestras isoladas à população local (isolada no sentido de ser uma ou duas conversas sem nunca mais ter outro tipo de contato) ou a confecção das chamadas “cartilhas”, termo que a meu ver não é muito apropriado, pois relaciona este tipo de trabalho ao processo de “alfabetização” de crianças, e que acaba caindo, muitas vezes, em uma banalização dos conteúdos e reflexões que precisam ser suscitadas pelo material. Essas publicações não raras vezes são elaboradas e simplesmente distribuídas à população sem um contato do profissional que a produziu discutindo as possibilidades de utilização e aprofundamento do material.

Acredito que atualmente estamos diante de um impasse pela conjuntura apresentada, por um lado há o avanço na legislação que orienta uma mudança de mentalidade em relação à preservação do patrimônio arqueológico e por outro lado, um aumento expressivo de trabalhos (por conta desta mesma Lei) que não atinge esse patamar de reflexões aprofundadas. Aliados a essas problemáticas estão os órgãos fiscalizadores que também prescindem de mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, para fazer valer a complexidade prevista pela legislação.

Ao discutir aqui estas questões meu objetivo não foi o de mapear um cenário crítico sem soluções; mas, ao contrário, a partir de um ponto de vista histórico indicar como questões que hoje nos aparecem como novas já foram muito discutidas e em vários casos solucionadas, mesmo que em contextos diversos. Não pretendo, no entanto, tampouco, transformar esse histórico em solução imediata aos problemas apontados, porém acredito que o conhecimento deste percurso pode levar a um caminho mais curto e com reflexões mais solidificadas.

Não se pode desconsiderar também a incorporação pela arqueologia de uma reflexão teórica, portanto crítica, deste cenário. Como anteriormente indiquei, esse rol de preocupações era considerado por muitos profissionais como obrigações / interesses exógenos à disciplina; com a ampliação dos trabalhos, envolvimento contínuo de profissionais da área, necessidade de uma avaliação crítica dos resultados dessas ações e uma maior complexificação na própria proposição das ações, devido a demandas sociais específicas, a arqueologia incorporou como linhas de pesquisa muitos desses aspectos.

AÇÕES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO: BREVES REFLEXÕES

Essas reflexões, em torno das áreas aqui discutidas, também estão fundamentadas em experiências vinculadas ao campo da educação patrimonial realizadas no contexto amazônico. Não irei apresentá-las detalhadamente, pois já o fiz em outro trabalho (2010: 1083-1101).

Esse cenário de realizações – programa de educação patrimonial do projeto de levantamento arqueológico Coari-Manaus⁹; ações de educação patrimonial do Projeto Amazônia Central¹⁰; ações de educação patrimonial no âmbito do Projeto PIATAM¹¹ e mais recentemente na produção de um documentário sobre arqueologia amazônica, ainda com título provisório “Da terra das Amazonas – em busca das origens dos povos amazônicos”¹², sintetizam minha crença na importância do reconhecimento do caráter transdisciplinar dessas ações e das bases sólidas estabelecidas pelos museus nesse processo. Essas premissas podem fortalecer a legislação patrimonial vigente e solidificar caminhos que podem ser propostos como políticas públicas para o desenvolvimento de ações de socialização e valorização do patrimônio arqueológico.

A partir dessas experiências foi possível refletir sobre a intersecção entre paradigmas arqueológicos e museológicos, especialmente no que tange ao tratamento da herança patrimonial seja numa perspectiva de análise de sua materialidade tanto em termos de conservação como interpretação arqueológica, quanto em termos de seus aspectos simbólicos e interpretações contemporâneas, reapropriações, ressignificações, ou seja, infinitas possibilidades de comunicação que visam à valorização deste patrimônio.

9 Contrato estabelecido entre a Universidade de São Paulo e a Petrobras. O projeto de levantamento arqueológico do gasoduto Coari-Manaus, desenvolvido no período de 2005-2009, teve a coordenação do arqueólogo e docente do MAE/USP Eduardo Góes Neves.

10 Projeto de pesquisa acadêmica desenvolvido com financiamento da FAPESP, durante o período de 1995 a 2010, sob coordenação do arqueólogo e docente do MAE/USP Eduardo Góes Neves.

11 O Projeto PIATAM – programa de pesquisa que estuda os Potenciais Impactos e Riscos Ambientais da Indústria do Petróleo e Gás no Amazonas – teve início em 2000, como um projeto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir de 2002 o projeto passou a ser financiado pela Petrobras, mas envolveu a participação de outras instituições de pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras (CENPES) e a própria UFAM, sua criadora. São realizadas quatro excursões científicas por ano, pelo trecho do rio Solimões, entre Coari a Manaus, respeitando o ciclo hidrológico do rio, ou seja, enchente, cheia, vazante e seca. Estas viagens, bem como a análise das amostras recolhidas, envolvem mais de 200 profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Durante as excursões são visitadas nove comunidades. No período de 2005 a 2010 a área de arqueologia passou a fazer parte das dezesseis áreas de pesquisa que compõem o projeto.

12 Financiado pelo programa de Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP – 2012.

Da mesma forma, outra constatação apreendida foi o reconhecimento de um campo de conflito, no seu aspecto mais positivo, pois essas experiências permitiram reflexões em torno de pressupostos da sociomuseologia, evidenciando as especificidades entre diferentes territórios e diversos interesses sociais. Constatamos desafios iminentes, como por exemplo, pensar estratégias próprias para lidar com as coleções pessoais e comunitárias, com suas consequentes formas de reapropriação ou com a indiferença e/ou descarte de material arqueológico em outras situações. Não há também como desconsiderar as situações de expatriamento, onde coleções são deslocadas para instituições de pesquisa e/ou museus, muitas vezes em localidades distantes.

Nesse mesmo caminho a legislação patrimonial precisa avançar, pois se torna premente pensar em direcionamentos mais plurais, para que as leis e normas sejam condizentes com os anseios sociais e possam de fato levar a preservação e valorização do patrimônio arqueológico e não simplesmente refletir um mecanismo duro de mero cumprimento Legal.

Somente a prática e o enfrentamento de tais desafios, aliados ao acompanhamento do *corpus* teórico desenvolvido por diferentes campos do saber – aqui destacados a arqueologia e museologia que sistematizam tais reflexões – podem levar a um amadurecimento das questões relacionadas ao patrimônio arqueológico em uma perspectiva preservacionista, porém aliada aos interesses contemporâneos dos mais diversos atores sociais envolvidos nessas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, A. A. 2007. Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a pré-história. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 1995. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo.
- BRUNO, M. C. O. 2005. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, nº 31, p. 234-247.
- CÂNDIDO, M. M. D. 2000. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Monografia do Curso de Especialização em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, C. G. 2009. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva – uma proposta para Amazônia. Tese de Doutorado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, C. G. 2010. O papel da educação patrimonial na socialização do conhecimento produzido pela arqueologia in PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. *Arqueologia Amazônica*. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, v. 2, p. 1.073-1106.
- FERNANDES, T. C. 2008. Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.
- MORAIS, José Luis. 2006. Reflexões acerca da arqueologia preventiva. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, p. 191-220.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. 1992. *Re-Constructing Archaeology: Theory and practice*. London and New York: Routledge.
- VARINE, Hugues de. 2012. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do patrimônio local*. Porto Alegre: Medianiz. Magister/IBDU, 34, pp. 92-101.